

# Conselho de Serviços comemorou continuidade de Haroldo Piccina na presidência



Diretores do Conselho de Serviços da Fecomercio SP para 2012: Flavio Figueiredo Filho, do Selemat (esq.); Luciano Tadeu Damiani, presidente do Sindemvideo; Siram Cordovil Teixeira, presidente do Sircesp; Haroldo Piccina, presidente do SINDICOMIS/ACTC; Aguinaldo Rodrigues, presidente do Sindtur de Ribeirão Preto; Roberto Eduardo Lefevre, presidente do Sindicato dos Corretores de Mercadorias de São Paulo; e Arlindo Liberatti, presidente do Corcesp

A última reunião do Conselho de Serviços da Fecomercio SP ocorreu sob um clima de alívio e alegria, pois após muita expectativa, Haroldo Silveira Piccina foi reconduzido à presidência do Conselho para o ano de 2012.

A expectativa pela recondução de Piccina, anunciada pelo presidente Abram Szajman, trouxe ao evento mais de 30 presidentes de Sindicatos do segmento para manifestar apoio a Haroldo Piccina, presidente do SINDICOMIS/ACTC.

O Conselho de Serviços da Fecomercio SP é o único entre as Federações de Comércio de todo o Brasil. As pautas tratadas pelo Conselho ultrapassam as fronteiras estaduais, abrangendo questões nacionais ligadas ao setor de serviços. Daí a preocupação dos conselheiros na

continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho paulista.

Piccina agradeceu o apoio de todos e manifestou sua satisfação ao divulgar o Relatório das Atividades do ano de 2011, que recebeu visitas importantes como a dos deputados Laercio Oliveira (PR/SE) e Vicente Candido (PT/SP); e a de Ivo Dall'Acqua Junior, Presidente do Conselho de Assuntos Sindicais da Fecomercio SP.

Os assuntos tratados nestas reuniões resultaram no encaminhamento de teses e outras matérias aos órgãos técnicos da Fecomercio SP, com manifestações junto aos governos municipais, estaduais e federal, nos âmbitos Executivo e Legislativo.

Finalizando a reunião, Piccina comunicou a indicação de três integrantes do Conselho de Serviços como delegados da Bancada Patronal de São Paulo para a

Presidente da Fecomercio SP, Abram Szajman, indicou Haroldo Piccina, presidente do SINDICOMIS/ACTC, para continuar à frente do Conselho de Serviços da entidade

## DIRETORIA 2012

**Haroldo Silveira Piccina**  
(SINDICOMIS/ACTC) – *Presidente*

**Aguinaldo Rodrigues da Silva**  
(Sindtur de Ribeirão Preto)  
*1º Vice-Presidente*

**Arlindo Liberatti** (Corcesp)  
*2º Vice-Presidente*

**Roberto Eduardo Lefevre** (Sindicato dos Corretores de Mercadorias de S. Paulo) – *3º Vice-Presidente*

**Siram Cordovil Teixeira**  
(Sircesp) – *1º Secretário*

**Luciano Tadeu Damiani**  
(Sindemvideo) – *2º Secretário*

**Flavio Figueiredo Filho**  
(Selemat) – *3º Secretário*

1ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, que será realizada em maio de 2012: Haroldo Silveira Piccina (SINDICOMIS/ACTC), Aguinaldo Rodrigues da Silva (SINDTUR de Ribeirão Preto) e Juraci Baena Garcia (Secovi SP). ■

## Muito trabalho em 2012

O retrospecto das ações do SINDICOMIS/ACTC no ano passado aponta claramente para um 2012 com muito trabalho.

As constantes mudanças no ambiente de negócios do nosso setor exigem dedicação redobrada na condução de nossas empresas e das entidades de classe que as abrigam e defendem.

Em 2011, o SINDICOMIS/ACTC ampliou suas fronteiras de atuação junto às empresas de comércio exterior. Participamos de maneira incisiva de atitudes que envolvem outras entidades em diversos níveis, como a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, e do Grande Encontro de Setor de Serviços, quando mais uma vez discutimos a importância do setor para a economia brasileira. Com certeza, a Frente, de iniciativa do Deputado Laercio de Oliveira, vai exigir mais empenho de todos os envolvidos na construção de um novo panorama para o setor.

Em meio às batalhas do setor, participamos junto ao Conselho de Serviços da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, da elaboração de solicitações aos diversos órgãos de governo sobre alterações de leis e regulamentações. Também mostramos à classe política a necessidade da criação de uma legislação específica ao setor, principalmente em temas exclusivos das empresas de serviços.

Não é possível para este universo de empresas, cuja maioria é de pequeno porte e sobrevive com receitas mínimas, continuar sofrendo sobressaltos a cada novo projeto de lei que as onera. Não custa lembrar, como sempre faço, que o Conselho de Serviços da Fecomercio SP é o único das Federações de todo o Brasil. Significa que o Conselho tem uma responsabilidade enorme sobre o destino do setor e nosso Sindicato tem um papel importantíssimo

no apoio às suas decisões. Teremos um ano com grandes decisões na área, porque diversos projetos de lei já estão em fase final de discussão e aprovação.

Participamos também das reuniões da Câmara Brasileira de Serviços Terceirizáveis (CBST), entidade da Confederação Nacional do Comércio, voltada à criação e regulamentação de uma legislação adequada às reais necessidades das empresas desta área, em que ainda existem muitas controvérsias. É um ambiente delicado, porque trata diretamente de contratação, remuneração e tributação de pessoas por períodos predeterminados. O trabalho principal da CBST é o de analisar as demandas e propor regras que preservem os direitos das partes, o que não é nada fácil. Continuaremos apoiando as decisões da Câmara para aprimorar as relações empresariais do setor.

Mas, no centro de nossas atenções estarão sempre as empresas de comércio exterior. Há mais de um ano enfrentamos uma complicada luta na habilitação dos agentes de carga aérea. Às vezes, pode parecer que este é um assunto que não evolui. Na realidade, esta evolução é lenta, porque a Anac não consegue diferenciar um agente de carga de um carregador de malas.

Além da questão dos agentes, que ainda terá muitas repercussões, está previsto um calendário para as reuniões do Comitê Técnico de Comércio Exterior e Fiscal do SINDICOMIS com a participação de autoridades de diversas esferas de governo, sempre visando aprimorar nosso relacionamento com estes órgãos.

Convidamos nossos associados a compartilhar de nossas atividades, apoiando a continuidade de nossa participação em todas elas, buscando sempre melhorias para nosso setor e para todas as empresas de serviços do País. ■



Haroldo Silveira Piccina  
Presidente do SINDICOMIS/ACTC



**DIRETORIA:** Presidente Haroldo Silveira Piccina; **Vice-presidente** Luiz Antonio Silva Ramos; **Diretores** Roberto Schiavone, José Emygdio Costa, Reginaldo Mollica, Sérgio Ricardo Giraldo e Armando de Souza Siqueira Franco (**Secretário Geral**); **Suplentes** Ricardo Messias Sapag, Laércio Anjos Fernandes, Jair do Valle, Milton Lourenço, Luiz Raize Filho e Luis César Correia de Amorim; **Conselho Fiscal** Darcy Franzese, Odair dos Santos, Francisco Uceda; **Suplentes do Conselho Fiscal** André Gobersztejn, Evaristo dos Santos e Paulo Ferreira; **Diretor Executivo** Aguinaldo Rodrigues; **Diretora Jurídica** Maristela Noronha Gonçalves Moreira; **Delegados Representantes junto à Fecomercio SP** Haroldo Silveira Piccina e Luiz Antonio Silva Ramos; **Suplentes de Representantes junto à Fecomercio SP** Reginaldo Mollica e Roberto Schiavone; **Delegado Representante em Santos** Darcy Franzese; **Delegado Representante em Campinas** Luiz Antonio Silva Ramos. SINDICOMIS ACONTECE: Publicação Mensal Órgão do Sindicato dos Comissários de Despachos, Agentes de Carga e Logística do Estado de São Paulo e da Associação Nacional das Empresas Transitárias, Agentes de Carga Aérea, Comissárias de Despachos e Operadores Intermodais. **Sede:** Rua Avanhandava, 126, 6º andar - Conj. 60 e 61 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01306-901 - Tel.: (11) 3255-2599 / Fax: (11) 3255-2310. **Internet:** www.sindicomis.com.br - **e-mail:** actc@sindicomis.com.br. **Jornalista Responsável** Álvaro C. Prado - MTB n° 26.269. **Reportagens** Álvaro C. Prado. **Revisão** Gisele E. Prado. Projeto Gráfico Salve! Design & Media Tel/fax.: (11) 6601-7868. **Impressão** ADAMANTAS

# Conselho de Serviços teve atuação destacada em 2011

**N**a última reunião do Conselho de Serviços da Fecomercio SP de 2012, realizada em 12 de dezembro, o presidente Haroldo Piccina ressaltou a participação do Conselho em diversas situações ligadas ao setor de serviços.

Piccina destacou as vitórias alcançadas junto ao Legislativo Federal, mostradas no quadro.

## PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO DE SERVIÇOS NO LEGISLATIVO FEDERAL

### PL 6851/2010

Vale-transporte custeado integralmente pelo empregador. Projeto rejeitado nas Comissões em que passou até o final de 2011.

### PLP 008/2003

Inviabiliza a demissão de empregado por iniciativa do empregador. Projeto rejeitado nas Comissões de Desenvolvimento Econômico e Comissão do Trabalho.

### PLP 003/2007

Mantém o pagamento da Contribuição Sindical Patronal das Micro e Pequenas Empresas optantes do Simples Nacional. Projeto rejeitado nas Comissões de Desenvolvimento Econômico; do Trabalho; e de Finanças e Tributação.

### MSC 059/2008

Convenção 158 da OIT, sobre o término da Relação de Trabalho por iniciativa do Empregador. Matéria rejeitada nas Comissões de Relações Exteriores e do Trabalho.

### PLP 378/2006

Sobre multa de 10% do FGTS. A matéria foi aprovada nas Comissões do Trabalho; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça.

### PEC 231/1995

Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas. Já há 16 anos a Fecomercio SP, por meio de sua Assessoria Legislativa, evita que a matéria vá para votação.



Carlos Alberto D'Ambrósio, presidente do Sincomercio; Ivo Dall'Acqua Júnior, Presidente do Conselho de Assuntos Sindicais da Fecomercio SP; e Haroldo Piccina discutiram a atuação do Conselho de Serviços em 2011

# SINDICOMIS/ACTC EM 2011

**M**ais uma vez o SINDICOMIS/ACTC deu, a seus associados e filiados, mostras de uma atuação firme e comprometida com a realidade do setor de Comércio Exterior.

A participação em eventos diversos, para tratar de assuntos de interesse não só da categoria, mas também das empresas prestadoras de serviços, foi fundamental para os avanços conseguidos em 2011.

A seguir relacionamos as participações e ações principais das entidades, muitas das quais terão continuidade no ano que começa, além de novas atividades que surgirão, oportunamente divulgadas pelo site do SINDICOMIS/ACTC, [www.sindicomis.com.br](http://www.sindicomis.com.br), e pelo SINDICOMIS ACONTECE, que completou 25 anos em 2011.

## CONSELHO DE SERVIÇOS DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Conselho de Serviços, órgão consultivo da Fecomercio SP, presidido por Haroldo Silveira Piccina, discutiu projetos de Lei no Congresso.

Na primeira reunião de 2011, Haroldo Piccina manifestou sua preocupação com projetos de Lei de interesse do Conselho que aguardavam votação em Brasília.

O Conselho de Serviços da FECOMERCIO SP aplaudiu palestra do deputado do PR de Sergipe, Laercio Oliveira, que anunciou a intenção de criar a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços nas decisões do Congresso.

Na reunião de 19 de abril os conselheiros discutiram sobre formas de atuar na tramitação de Projetos de Lei de grande importância para o setor de serviços, na Câmara e no Senado.

Deputado Federal pelo PT de São Paulo, Vicente Cândido, debateu sobre as micro e pequenas empresas e reforma tributária.

A *I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente* foi tema de discussão no Conselho de Serviços.



*Arlindo Liberatti (esq.) e Haroldo Piccina, vice-presidente e presidente do Conselho de Serviços, receberam a visita de Ivo Dall'Acqua Junior, presidente do conselho de Assuntos Sindicais, que apresentou a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente*

A Assessoria Legislativa da Federação do Comércio apresentou relatório sobre Projetos de Lei na reunião do Conselho, no dia 17 de outubro, tendo como pauta principal o acompanhamento da tramitação dos Projetos de Lei de interesse do setor no Congresso Nacional.

## PALESTRA RECEITA FEDERAL

Foi realizada a Reunião de Administradores da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, na Delegacia Especial de Maiores Contribuintes.

Haroldo Piccina foi convidado como debatedor, representando os intervenientes no Comércio Exterior.

O painel contou com a participação de representantes dos contabilistas, José Maria Chapina Alcazar, Presidente do SESCON, Robson Maia, da OAB-SP e como mediador Marcos Fernando Siqueira, Superintendente Adjunto da 8ª Região Fiscal.

Haroldo Piccina fez uma explanação dos problemas encontrados juntos às Alfândegas, dos Agentes de Carga com a ANAC e demais órgãos, enfatizando a necessidade de parcerias para juntos solucionar os problemas.

*continua na página 8 ►*

## FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO SETOR DE SERVIÇOS



Comemorando o lançamento da Frente Parlamentar: Siram Cordovil Teixeira (esq.), Presidente do Sircesp; Haroldo Piccina, Presidente do Conselho de Serviços da Fecomercio SP; Deputado Laercio Oliveira; Arlindo Liberati, Presidente do Corcesp e Luciano Tadeu Damiano, presidente do Simvideo

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços foi lançada em 26 de maio, na Câmara dos Deputados.

O Presidente do SINDICOMIS/ACTC, Haroldo Piccina, esteve em Brasília para o lançamento da Frente e falou aos presentes sobre a importância do setor de serviços e o trabalho necessário para o seu crescimento.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços discutiu PIS e COFINS no Ministério da Fazenda.

O Conselho de Serviços da Fecomercio SP participou do Grande Encontro do Setor de Serviços. A Federação do Comércio foi representada no evento pelo presidente de seu Conselho de Serviços, Haroldo Piccina, e por demais empresários do setor.

## REUNIÕES DO COMITÊ TÉCNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR E FISCAL

Órgão consultivo do SINDICOMIS/ACTC, coordenado pelo Vice-Presidente, Luiz Antonio Silva Ramos, discutiu vários assuntos:

- Consolidação das Normas de Comércio Exterior.
- Procuração por Instrumento Público.
- THC2.
- Habilitação do Agente de Carga Aérea.
- Apresentação de produtos desenvolvidos pela IATA.
- Consultas à Receita Federal.
- Resolução Camex nº 55/2011.



Associados e filiados lotaram o auditório do SINDICOMIS/ACTC nas reuniões do Comitê

## CÂMARA BRASILEIRA DE SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS - CBST



Haroldo Piccina representou a Fecomercio SP em reunião da CBST

Órgão consultivo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da qual o Presidente do SINDICOMIS, Haroldo Piccina, é membro efetivo, discutiu diversos pontos:

- Criação da Renalegis na Área de Serviços.
- Comemorou a vitória na aprovação da MP 507, com a emenda do Deputado Leréia, que suprimiu o artigo 5º da referida MP quanto à exigência de Procuração por Instrumento Público para acesso aos órgãos federais, estaduais e municipais.
- Definiu a realização de encontros com parlamentares e com dirigentes de centrais sindicais que defendem posições comuns às dos empresários do setor.
- Avaliação de projetos de Lei para o Setor de Serviços.

## CCT – COMISSÃO DA COORDENAÇÃO DO TERMINAL DE CARGA AÉREA E DO CONSELHO DE USUÁRIOS

A CCT é a Comissão da Coordenação do Terminal de Carga Aérea e do Conselho de Usuários do Aeroporto Internacional de São Paulo, na qual o SINDICOMIS/ACTC tem participação ativa.

Os Diretores do Sindicato participam dessas reuniões como membros permanentes.

## INTERMODAL – 2011

Presente há muitas edições da Intermodal, o SINDICOMIS/ACTC participou mais uma vez, reiterando seu papel de entidade moderna, focada na melhoria do desempenho de seus associados e realizou reuniões importantes durante o evento.



Jucélia Dourado, Carlos Toshio, da Aduaneiras, parceiro do SINDICOMIS/ACTC, e Maristela Moreira

## CERTIDÃO MINISTÉRIO DO TRABALHO

O SINDICOMIS completa 65 anos de sua Carta Sindical e recebeu a confirmação do seu recadastramento no Ministério do Trabalho e Emprego.



## PARCERIAS

Em 2011 o SINDICOMIS/ACTC ampliou suas parcerias, colocando à disposição dos seus associados os serviços abaixo:

- Cursos - Aduaneiras
- Treinamentos - Banco do Brasil
- Oficinas - SEBRAE SP

## AGENCIAMENTO DE CARGA AÉREA

Para proteger a atividade dos Agentes de Carga Aérea, cabe a Anac registrar e autorizar a atividade do agente de carga aérea e de expedir sua homologação, assumindo sua função de Autoridade Aeronáutica. Isso significa retomar as habilitações do segmento dos agentes de carga, fundamentando-se no trabalho de atualização da legislação revogada, para o qual o SINDICOMIS/ACTC, por meio do Comitê Técnico do Conselho Consultivo da Anac, do qual participa ativamente, se prontifica a colaborar intensamente.

O SINDICOMIS/ACTC passou a integrar a Câmara Técnica de Infraestrutura Aeroportuária do Conselho Consultivo da Anac, em Brasília.

## O INFORMATIVO COMPLETOU 25 ANOS EM 2011

Em 2011, o Informativo Acontece completou 25 anos, levando aos seus associados, filiados e leitores em geral os assuntos de interesse da categoria e destacando a atuação da Diretoria do SINDICOMIS/ACTC perante os órgãos públicos em defesa dos interesses das empresas.



### RECEITA REDUZ QUANTIDADE DE DECLARAÇÕES

O governo decidiu acabar com a principal declaração entregue hoje pelas empresas ao fisco, a do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Para atender a ordem de racionalizar o sistema tributário brasileiro, dada pela presidente Dilma Rousseff em seu discurso de posse, a Receita Federal também vai extinguir mais sete documentos e adotar medidas para simplificar o PIS/Cofins.

O secretário da Receita, Carlos Barreto, afirmou em entrevista à imprensa

que várias declarações não são mais necessárias porque o órgão já dispõe das mesmas informações por meio de sistemas eletrônicos, notas fiscais eletrônicas e do Sped (Sistema Público de Escrituração Digital).

A previsão é que o fim da declaração do IR das empresas ocorra em 2013 ou 2014.

Para as empresas, reunir essa documentação é custoso. O IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) calcula que elas gastem 1,5% do fa-

turamento anual com as chamadas "obrigações acessórias" demandadas hoje pela Receita.

A DIPJ é a mais complexa. Inclui, além dos dados do IR, informações sobre o balanço das empresas, pagamentos de dividendos e de apuração do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Elaborá-la uma vez por ano leva em média 200 horas de trabalho mais 40 horas para a revisão. Não entregá-la, porém, pode custar até 20% do imposto devido em multas. ■

## EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) instituiu o protocolo eletrônico para emissão de Certificado de Registro de Medicamento e Certidão de Registro para Exportação de Medicamento. Os documentos foram aprovados conforme Resolução RDC nº 2, publicada no Diário Oficial da União de 18/01/12. De acordo com o normativo, caso a empresa opte pela emissão de Certidão de Registro para Exportação que contemple o nome comercial a ser utilizado no país de destino, a requerente será responsável pela veracidade da informação e o medicamento não poderá circular no mercado brasileiro com este nome.

## EX-TARIFÁRIOS

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou as primeiras Resoluções do ano para criar ex-tarifários de Bens Capital e de Informática e Telecomunicações, bem como Sistemas Integrados. De acordo com as Resoluções nºs 1 e 2, publicadas no Diário Oficial da União de 13/01/12, as alíquotas do Imposto de Importação ficam alteradas para 2%, até 31/12/12. Segundo as normas, os bens que se enquadrem nas descrições dos ex-tarifários criados e que sejam usados, remanufaturados, reconicionados ou submetidos a qualquer tipo de reforma poderão ser importados nas referidas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do Imposto de Importação. Está mantida a vigência dos ex-tarifários criados pelas Resoluções cujos prazos de concessão ainda não tenham expirado e a alteração do imposto somente poderá ser usufruída por bens importados na condição de novos.

## PERGUNTAS E RESPOSTAS

### É possível realizar a importação com a moeda real? Como se efetiva o pagamento?

A fatura comercial poderá ser emitida em reais ou qualquer outra moeda (a legislação não restringe a moeda de negociação). O pagamento de importação brasileira em moeda nacional, no País, deve ser efetuado, mediante transferência internacional em reais para crédito à conta corrente em moeda nacional, aberta e mantida no Brasil nos termos da legislação e regulamentação em vigor, de titularidade do legítimo credor.

### É permitido realizar a importação sem cobertura cambial como “transferência internacional de bem do ativo imobilizado” de uma máquina usada?

A importação de bens sem cobertura cambial destinada à integralização de capital de empresas brasileiras pode ser efetivada amparada em Registro de Operação Financeira (ROF), a ser indicado na DI correspondente. Alertamos que, por se tratar de bem usado, é necessário o deferido de LI.

### Qual o objetivo do Entrepósito Aduaneiro na Exportação? Quais as modalidades existentes?

O Regime Especial de Entrepósito Aduaneiro na Exportação tem como objetivo permitir o armazenamento de mercadorias destinadas à exportação. Compreende duas modalidades: Regime Comum e Extraordinário.

### Qual o fato gerador e a base de cálculo do Imposto de Exportação?

O fato gerador do Imposto de Exportação é a saída da mercadoria do território aduaneiro. Para seu cálculo, utiliza-se o valor FOB como base.

### É possível a utilização de “ex-tarifário” publicado após a efetivação da admissão temporária quando de sua nacionalização?

A nacionalização deverá ser efetuada com base na legislação vigente na época do registro da DI, sendo assim, se a mercadoria se enquadrar exatamente na descrição do “ex” no momento da nacionalização, o importador poderá registrar a DI com alíquota correspondente (normalmente 2%). Contudo, a redução da alíquota não será aplicável para bens usados.

### Qual o procedimento para tornar uma importação temporária em importação definitiva?

A importação de mercadoria admitida temporariamente em regime especial se torna definitiva quando ocorre a nacionalização, ou seja, a aquisição da mercadoria; portanto, o beneficiário do regime deve solicitar a extinção do regime com o despacho para consumo, cabendo à empresa interessada providenciar junto ao fornecedor a fatura comercial e registrar a DI de nacionalização.

### É necessária a anuência prévia do Decex nas exportações sem cobertura cambial?

Conforme menciona o parágrafo primeiro do artigo 202 da Portaria Secex nº 23, de 14/07/11, ficam dispensados da anuência prévia do Decex os casos de exportação sem expectativa de recebimento enquadrados em uma das situações previstas no Anexo XIX da referida Portaria cuja responsabilidade é exclusiva do exportador.

### Qual é o prazo para efetivação do Registro de Exportação (RE)?

O RE será efetivado no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data de seu registro no Siscomex, desde que apresentado de forma adequada e completa.

### O importador deve seguir obrigatoriamente a classificação fiscal fornecida pelo fabricante?

O importador, como contribuinte dos tributos que incidem na importação, é o responsável para definir corretamente o enquadramento tarifário do produto que importa, podendo utilizar, se for o caso, as referências fornecidas pelo fabricante.

### Os direitos *antidumping* fazem parte da base de cálculo do Imposto de Importação?

O direito *antidumping* não faz parte da base de cálculo do Imposto de Importação (I.I.), uma vez que a expressão “direito *antidumping*” significa um montante em dinheiro igual ou inferior à margem de *dumping* apurada, calculado e aplicado com o fim exclusivo de neutralizar os efeitos danosos das importações objeto de *dumping*; quando um direito *antidumping* for aplicado sobre um produto, este será cobrado independentemente de quaisquer obrigações de natureza tributária.

### Qual é o prazo para um Ato Concessório de Drawback ser efetivado?

De acordo com o artigo 86 da Portaria Secex nº 23, de 14/07/11, alterado pela Portaria Secex nº 32, de 21/09/11, o pedido de Ato Concessório de Drawback será analisado no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data do registro no Siscomex (modalidade suspensão) ou de sua apresentação no Banco do Brasil (modalidade isenção), desde que esteja de forma adequada e completa.

### O viajante internacional deve declarar o valor, em espécie, que está conduzindo?

Aquele que deixar o País ou nele ingressar portando valores em espécie, cheques ou cheques de viagem acima de dez mil reais ou o equivalente em outra moeda deve apresentar, por meio da Internet, a e-DPV – Declaração Eletrônica de Porte de Valores.

Perguntas elaboradas pelos consultores João dos Santos Bizelli (Importação) e Luiz M. Garcia (Exportação). ■

## Fecomercio SP consegue adiar implantação do ponto eletrônico

**P**ublicada no último dia 28, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 2686 prorroga o prazo de implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP). A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) apoia o adiamento da implantação do sistema. Em 2012, a Federação enviou ofício à Presidente da República, Dilma Rousseff, manifestando-se contra a Portaria 1510, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 12 de agosto de 2009, que visa regulamentar a sistemática de marcação de ponto de funcionários de empresas que se utilizam do sistema eletrônico de aferição de jornada.

De acordo com Portaria nº 2686, somente a partir de 2 de abril de 2012, as empresas que exploram atividades no comércio em geral, no setor de serviços e indústria passam a usar o SREP. Já para as microempresas e empresas de pequeno porte, definidas na forma da Lei Complementar nº 126/2006, a medida começa a valer em 1º de junho de 2012. Para a Fecomercio SP, a adoção do ponto eletrônico para coibir práticas fraudulentas já está em discussão no Congresso Nacional e no Poder Judiciário, além de existirem decisões na Justiça do Trabalho, que afastam a eficácia da Portaria/MTE nº 1510/2009.

A Federação ressalta que a Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se, em 24 de agosto, com parecer favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 593 de 2010, de autoria da Senadora Niura Demarchi, que visa sustar os efeitos da Portaria. Dessa forma, a Fecomercio SP sugere que a norma deva ser aprimorada por meio do diálogo social, pois na forma em que está não irá contribuir para a diminuição de fraudes.

Após esta vitória, a Fecomercio SP ressalta que as regras são violadas por uma minoria, formada por empregados e empregadores e, para esses casos, existe o Poder Judiciário. Por isso, a Fecomercio SP entende que os empregadores que atuam de acordo com a lei não merecem arcar com altos custos para aquisição de novos equipamentos que não atendem a contento os fins desejados pela portaria. ■

# É CARGA **MARÍTIMA**, É NOSSA!



SOLUÇÃO MUNDIAL  
EM TRANSPORTE MARÍTIMO!



# FÁCIL



**ALLINK**  
TRANSPORTES INTERNACIONAIS